

Nota de apresentação

Como é sabido, uma das marcas mais evidentes dos regimes ditatoriais modernos é a restrição, ou mesmo total ausência de liberdade de expressão. E, como notou Hannah Arendt, referindo-se aos totalitarismos, a invasão e dissolução do espaço público com o conseqüente refluxo dos cidadãos sobre a vida privada, todavia, também ela ameaçada. A escrita da história, o seu ensino e, noutro plano, as políticas de memória (não confundir com a produção historiográfica) sempre estiveram, por razões evidentes, no horizonte de ação dos poderes. Em contextos políticos em que os fins justificam os meios, em que dominam lógicas antitéticas de inclusão e exclusão (*tudo pela nação nada contra a nação, tutto nello Stato, niente al di fuori dello Stato, nulla contro lo Stato*) e o poder não é vigiado pela opinião pública, a sociedade civil e conseqüentemente o trabalho historiográfico sofrem graves entorses.

Houve e continua a haver estratégias muito diferenciadas de intromissão do poder político na esfera da produção do conhecimento e da sua difusão, umas dissimuladas, outras ostensivas, levando a imposições unilaterais de programas e livros únicos de ensino, interdição de livre prática de investigação científica, exercício de censura incluindo proibição de livros de história (lembrem-se, no Portugal do Estado Novo a interdição de obras de António Sérgio ou de António Borges Coelho), encerramento de escolas universitárias (a Faculdade de Letras do Porto, em 1928) e de editoras (a Imprensa da Universidade de Coimbra em 1934, então dirigida pelo historiador Joaquim de Carvalho), expulsões do magistério universitário de professores (por exemplo Manuel Rodrigues Lapa ou Sílvio Lima), exílios forçados (Jaime Cortesão e António Sérgio) e

prisões políticas (Fernando Piteira Santos, José Tengarrinha, entre muitos outros). Ou até, em muitos casos – mas não no português – assassinato de historiadores, crime muito mais frequente do que poderia admitir-se.

Nos últimos decénios, quando documentação de arquivo inédita tem vindo a ser conhecida, a escrita da história em contextos de regimes autoritários e totalitários tem sido objeto de renovada atenção por parte da comunidade historiográfica internacional. Foi nosso objetivo reunir um conjunto de estudos e contribuir para o conhecimento alargado e comparativo a este respeito, em diferentes cronologias e espaços geográficos, contemplando sociedades sujeitas a experiências ditatoriais marcantes na história do século passado e nos primeiros decénios do século XXI. Têm-se em consideração não apenas casos situados em geografias europeias entre os anos 20 e os anos 90 do século XX, mas também experiências históricas extraeuropeias (Brasil, Goa).

De que modos os regimes ditatoriais condicionaram a escrita da história? Que efeitos tiveram na forma como os historiadores conceberam a sua relação com o espaço público e com o tempo presente? Que consequências teve a ação da polícia política e da censura nas práticas e valores até aí vigentes? Como reagiram instituições de ensino e investigação, associações de historiadores e revistas a essas realidades políticas? Que consequências teve a emigração política dos historiadores na escrita da história? Como se reconfiguraram as relações académicas transnacionais? Nem todas estas perguntas encontram respostas nos estudos agora reunidos. Mas todos eles contribuem, de algum modo, para alargar o horizonte de compreensão de alguns destes tópicos.

Se é certo que cada realidade nacional foi um caso e que distintos contextos historiográficos, políticos e culturais produziram diversas respostas e matizes em relação aos problemas levantados, é de formular outra pergunta que fica para futuros estudos: houve traços comuns que permitam delinear uma estratégia-padrão dominante em relação à construção social do passado, incentivada pelos estados ditatoriais? Abordagens comparadas podem-nos dar uma compreensão complexa das condições de produção da história em contextos políticos ditatoriais. Mas também é um facto que sem o conhecimento aprofundado de diversas experiências nacionais não é possível proceder a comparações. A partir do exame detalhado de casos concretos – seja o estudo estatisticamente documentado de historiadores assassinados num grande espaço transnacional, narrativas históricas nacionais (não apenas apologéticas

de poderes instalados mas também as que deles se distanciaram) e contradiscursos, alguns deles em contextos coloniais, testemunhos memoriais de ditaduras, instituições ligadas à produção e reprodução da historiografia, concepções e práticas comemorativistas, ou teorizações históricas de ensaístas – os artigos aqui reunidos contribuem de algum modo para pensar as estratégias adotadas por regimes ditatoriais nos campos historiográfico e memorial em condições de ausência de liberdade.

Sérgio Campos Matos
Março de 2021

